

Iniciativa é contestada

MARIA LIMA
Da Editoria de Política

Até que ponto é válida a delegação de poderes às crianças para que possam resolver problemas que deveriam ser de competência exclusiva dos adultos? Com a eleição de miniconstituintes nas escolas, as crianças não estariam sendo forçadas a assumir posição de gente grande antes do tempo? Ao mesmo tempo em que elogiam a iniciativa dos colégios de Brasília sob o ponto de vista educativo, pedagógico e de conscientização social, os pedagogos ouvidos pelo CORREIO BRAZILIENSE fazem restrições ao processo.

A orientadora educacional Ana Abadia de Lima Carvalho diz que o ideal era que as crianças fossem realmente crianças, sem se preocupar com os problemas dos adultos. "Elas têm mais é que gastar toda a energia que têm como brincadeiras, pular, fantasiar e gastar a imaginação, mas no Brasil, infelizmente nossas crianças já nascem adultos em miniatura".

Trabalhando com uma clientela de alunos carentes, ela diz que as crianças participam diariamente dos problemas da família, com o que vão comer no outro dia, então, não há como fugir ou ficar imunes às preocupações dos adultos. Ana Abadia defende até que as crianças sejam ouvidas na Constituinte real que está para ser eleita.

— Acho que as crianças são muito honestas e só fazem aquilo que as preocupam — continua a pedagoga — se a elas fosse delegado o poder de elaborar uma lei de proteção à criança, iriam falar dos medos que sentem, do que realmente as aflige. Elas vêem televisão e são colocadas frente a frente com os horrores das crianças de rua, se sensibilizam, raciocinam e tiram conclusões, portanto deveriam participar, deveriam ser ouvidas.

ELITE

Até agora, o processo de eleição das assembleias constituintes mirins só aconteceu em escolas particulares. Isso porque se encarregão de elaborar o novo regimento das escolas, como o regimento dos colégios da Fundação Educacional de Brasília é único, não poderia ser modificado só em algumas unidades.

A professora de Métodos e Técnicas, da Faculdade de Educação da UnB, Maria Alice Pitaguri, condena que o processo de eleição dos constituintes mirins nas escolas particulares é "unilateral e distorcido" porque estarão cuidando da solução de problemas da escola, e a Constituinte não pode se transformar em um estatuto que regulamente a vida escolar.

— Estou vendo aí a criança destas escolas particulares dizendo que não pode existir crianças pobres, sem conhecimento de causa, não sabem do que estão falando — diz Maria Alice.



Estudantes elegem Constituinte mirim

Em meio a muita gritaria e algazarra os alunos do primeiro Grau do Centro de Ensino "Viver" votaram ontem para a escolha dos três senadores e deputados constituintes que irão cuidar da elaboração do novo regimento interno da escola, como se fosse uma miniconstituição. Imitando o processo real de eleição parlamentar, as crianças partiram eufóricas rumo às duas cabines de votação, na hora do recreio.

Com título de eleitor na mão e lancheiras do lado, elas se organizaram em filas supervisionadas pelas professoras, mas logo desistiram da organização e brigavam para passar uma na frente das outras, ansiosas para entrar nas cabines, colocadas no pátio do colégio. Alguns alunos esqueceram o título em casa e não puderam votar. Diante da frustração das crianças que não puderam participar do pleito, a coordenadora do TRE

do "Viver", Laci Dias, tentava argumentar que "a eleição era como um dever de casa, quando o aluno esquece o caderno em casa, não ganha nota".

CENTRO CIVICO

Depois das eleições, ontem, a urna foi devidamente lacrada e trancada no banheiro da diretora do colégio, Eloisa Moreira Alves. Satisfeita com o resultado do projeto "Vivertuinte", ela disse que embora o clima de disputa fosse grande entre os candidatos" não houve nenhum tiroteio durante a votação e entre mortos e feridos salvaram-se todos".

De acordo com o cronograma elaborado pela coordenadora Laci Dias, os miniconstituintes tomarão posse amanhã mesmo — a apuração será feita hoje — e no dia 10, segunda-feira, deverão dar início aos trabalhos legislativos. A diretora Eloisa

Moreira diz que não irá interferir no processo de organização dos alunos eleitos, nem mesmo no estabelecimento dos horários de reunião. Ela afirma que este será o primeiro problema que eles irão sentir, já que terão de conciliar o horário de aulas com o horário das reuniões, sozinhos.

Certos de sua eleição antes mesmo da abertura das urnas, ontem os candidatos Anderson Machado e Pedro Oliveira procuraram a diretora Eloisa Moreira para pedir o seu apoio para a concretização das mudanças que pretendem fazer na escola. A preocupação maior dos candidatos é com a construção do Centro Cívico e com a limitação do número de alunos em sala de aulas, para evitar a superlotação. Assim, eles reivindicam que o colégio não admita novos alunos ou estudantes repetentes.